

Cooperativismo e Blocos Econômicos na Globalização

Ana Cristina Brito Arcoverde, Creusa da Silva Melo e Leônidas Leal da Silva

In: Anais do V Encontro de Pesquisadores Latino Americanos de Cooperativismo - Movimento Cooperativo, Transnacionalização e Identidade Cooperativa na América Latina. FEARP-USP, Ribeirão Preto-SP, 2008.

Resumo

Este trabalho objetiva refletir a inserção do cooperativismo solidário num contexto de Globalização. A crise do capitalismo mundial vem provocando dentre outros impactos: reestruturação dos estados nacionais e formação de blocos econômicos para atender seus interesses. Cabe ao cooperativismo buscar fortalecer suas bases procurando adaptação como sugere Monteagudo (2001): formar um mercado econômico cooperativo. Tomando como referência, perspectivas e autores que tratam da temática. O consenso é difícil quanto ao entendimento da gênese da globalização e sua dinâmica. Ianni (1996) serve de base para iniciar uma análise deste fenômeno, que em sua perspectiva, reflete, mundialmente, a lógica capitalista: “um todo complexo, desigual, contraditório e dinâmico, totalidade aberta ou propriamente histórica, mas irreversível”. Blocos econômicos surgem nesta dinâmica com caráter político, mas opcional para os Estados quanto à decisão de se engajar em determinado acordo econômico. O Cooperativismo pensado nos princípios solidários; da autogestão, encontra-se no dilema: confronta-se com a globalização, se propondo alternativo ao capitalismo, mas necessita sobreviver com autonomia à construção dos blocos econômicos que têm como características primordiais: fortalecimento do processo de acumulação e extração da mais-valia. Refletir sobre a formação de um mercado cooperativo como possibilidade na defesa do trabalho livre da exploração é o desafio que se impõe.

Palavras-chave: Estado, blocos econômicos, mercado cooperativo, cooperativismo.

Introdução

Este trabalho apresenta reflexões sobre o cooperativismo solidário no contexto da globalização e traz consigo como proposta a necessidade da formação de um mercado cooperativo como reação e possibilidade de realização do trabalho livre da exploração do capital. Parte-se do suposto de que a *“concentração do capital vem acompanhada pela concentração de decisões, de propriedades, de conhecimentos e do domínio da tecnologia”*. Schneider¹.

¹ SCHNEIDER, José Odello. Globalização, Desenvolvimento Local Sustentável e cooperativismo. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>> acesso em: 05/05/08.

O pensamento cooperativo moderno emergiu no ocidente europeu simultaneamente à revolução industrial (séc. XIX) e nos marcos do capitalismo como meio de defesa econômica dos trabalhadores. No capitalismo a cooperação limita-se à produção, e nesta os trabalhadores não participam igualmente do consumo da distribuição, e muito menos do lucro.

Sob a influência dos chamados socialistas utópicos (Owen, King, Fourier, Gêde, Buchez, Blanc) a cooperação funda-se no entendimento do homem em sociedade na qual procura construir outra maneira de processar a economia tendo pôr base o trabalho e a distribuição eqüitativa do excedente produzido. Afasta-se da acumulação individual do dinheiro via exploração do trabalho do outro e preocupa-se com o aprimoramento do ser humano, sendo assim, os defensores do sistema de cooperação defendem-no como sendo o mais adequado, participativo, democrático e justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, desenvolvendo-os de forma integral pôr meio coletivo. A lógica da cooperação, da reciprocidade e igualdade exprime valores – adesão livre, controle democrático, participação econômica igualitária, autonomia, treinamento e formação/informação, cooperação entre cooperativas - fundamentais do ser humano numa sociedade que nega e ultrapassa a sociedade lucrativa, atribuindo-lhe capacidade transformadora.

As cooperativas estão histórica e contraditoriamente inseridas no contexto do capitalismo e da atual globalização que impõe suas regras e traz conseqüências tanto negativas, como positivas para os trabalhadores. No campo social estas são muito mais nefastas, haja vista a permanência do aumento do desemprego, a precarização dos contratos de trabalho, a desmobilização dos sindicatos e capacidade de organização da classe, entre outros. Conforme coloca Schneider, *“Por um lado, as cooperativas geram empregos, por outro, elas são um contrapeso à concentração de riquezas”*.

Nesta perspectiva as cooperativas não podem perder o seu foco de atuação e objetivo social e econômico de quando e para quê foram criadas. Ao se adaptar à política internacional de mercado se encontram no grande desafio de permanecer lutando por questões primordiais para a classe trabalhadora como o emprego, a distribuição de renda, a justiça social, o desenvolvimento local e conservação de direitos básicos à vida e à democracia.

É evidente que dentro da ótica neoliberal sob a qual vivemos, percebe-se que as necessidades do capital estrangeiro e seus objetivos são diferentes e, ou contrários à perspectiva do cooperativismo internacional, buscando incessantemente e prioritariamente o lucro em lugares cada vez mais distintos. Por esta razão o desenvolvimento local e regional é muitas vezes influenciado por iniciativas que só visam a cooptação de recursos humanos e naturais, não estando, portanto o cooperativismo livre dessas determinações.

O Cooperativismo desde seu surgimento se apresenta como organizador das economias de muitos países, posteriormente daqueles mais pobres. Surge como reação e resposta ao desemprego, à falta de trabalho, à pobreza extrema, sendo considerado desde então como terceira via para o desenvolvimento econômico-social.

Com base naquele entendimento, vimos realizando pesquisas no âmbito das cooperativas, especificamente aquelas inseridas na proposta da Economia Solidária, no Estado de Pernambuco,

que nos possibilitam explorar alguns resultados já obtidos nos últimos anos sobre a situação em que se encontram quanto aos princípios que norteiam esses empreendimentos, às relações de trabalho estabelecidas, à forma como estas cooperativas se organizam, como se dá a tomada de decisões no interior do empreendimento, como essas conseguem financiamentos, entre outros aspectos. A intenção é verificar o grau de desenvolvimento do cooperativismo em Pernambuco e sua capacidade frente ao desemprego do trabalho. As cooperativas estudadas estão bem distribuídas no território e inseridas nas cinco meso-regiões do estado, sendo a amostra inicial para análise constituída de 57 cooperativas, tendo em vista o estágio de construção do mapeamento dos empreendimentos.

Um pouco da história do Cooperativismo

Ao cooperativismo propriamente dito antecederam experiências precursoras, como as aldeias cooperativas de New Harmony de 1825, Harmony Hall de 1828 e Queens Wood de 1836, todas inspiradas no socialismo associacionista. Owen introduziu inovações sociais na sua empresa de fiação de New Lamarck, trouxe trabalhadores para residirem perto da fábrica, construiu escolas e lojas que vendiam à preço menor, reduziu a jornada de trabalho e aumentou os salários. Como um dos socialistas utópicos, e filantropos do cooperativismo, Owen considerava o homem produto do meio social onde vivia e para modificá-lo era necessário reformar o próprio meio social de forma pacífica e eliminar o lucro e a concorrência.

Essas idéias muito influenciaram a formação da sociedade cooperativa de Rochdale, e com base nelas foi elaborado um plano para acabar com a pobreza reunindo pessoas sem proventos e sustentadas pela beneficência das paróquias em aldeias cooperativas onde pudessem em comunidade produzir e consumir seus próprios produtos trocando o excedente com outras aldeias cooperativas. Para ele o Estado e a Igreja deveriam ajudar com o capital inicial para que essas pessoas pudessem prover o seu próprio sustento. A idéia era a construção de uma sociedade na qual a solidariedade, a cooperação e a fraternidade substituíssem o individualismo, a exploração e a competição.

O Cooperativismo, ontem como hoje, permanece fato e movimento, inerente à natureza humana, às relações que os homens estabelecem entre si para o alcance de objetivo comum. As idéias – auxílio mútuo, união de esforços, operar junto com o outro, contidas no cooperativismo, decorrem da própria vida em sociedade.

Como doutrina o cooperativismo existe há mais de dois séculos e vem fundamentando teoricamente a cooperação, especialmente com finalidade econômica. O surgimento do cooperativismo está diretamente relacionado com os problemas sociais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo.

Os descaminhos e iniquidades gerados pelo liberalismo – concentração de renda, mau uso do avanço tecnológico, desemprego, degradação da qualidade de vida das pessoas – negam não somente a condição humana, mas o solidarismo como corrente de pensamento, deformando-a e, ou reduzindo-a a uma expressão puramente assistencial, pois centrada na ação assistencialista.

Solidarismo, sinônimo de solidariedade é, no entanto, um conceito amplo e de interpretação polissêmica. Em seu conteúdo, consiste proposição de forma coletiva de atuação segundo a qual todos, independentemente da situação em que se encontra, podem (e devem) participar do esforço conjunto, contribuindo com o que estiver ao seu alcance para o bem estar social. Portanto, perpassa um sentimento coletivo que indica a dependência recíproca de todos os membros da sociedade na qual se estabelecem relações multilaterais de cooperação – nisto consistindo sua força e compromisso com a mudança pelos protagonistas.

Autores como Rossi (2007), Singer (1999) dentre outros, são unânimes em afirmar que fatores como o retrocesso das forças produtivas no feudalismo, transição da servidão à simples produção de mercadorias no renascimento comercial, exclusão social e crescimento da pobreza e dos pobres expulsos da produção monopolista, revolução capitalista, surgimento do liberalismo, introdução de inovações tecnológicas, etc. provocaram reação da classe operária para solucionar por meio da ajuda mútua, da solidariedade e da igualdade aqueles problemas sociais e econômicos que os atingiam.

Para os socialistas utópicos, como Owen, Fourier, Simon, a criação de organizações mais igualitárias era uma forma de melhorar o meio sócio-econômico. Acreditavam eles, que os ideais de fraternidade e justiça social seriam a razão e possibilidade da vontade humana reformar a evolução econômica, buscando construir uma sociedade mais eqüitativa por meio de associações voluntárias ou realizar modificações na organização industrial e do trabalho ou, ainda, mudar o regime de trocas. Tanto Owen como Fourier influenciaram a elaboração dos princípios e do pensamento cooperativo, além das experiências inspirarem várias realizações cooperativas dos séculos XIX e XX. É exemplar a cooperativa de Rochdale (1844), inicialmente um armazém cooperativo de consumo, organizado por 28 tecelões para por via da ajuda mútua e eliminação de inter-mediadores e atravessadores para reduzir o preço dos alimentos.

Contemporâneo e crítico de Owen, Fourier entendia que a ordem social dependia de leis intelectuais e morais a serem seguidas pelos homens em sociedade. Essas leis deveriam proporcionar liberdade às paixões e desejos humanos e assim levar à organização de uma sociedade perfeita. A indústria deveria ser conduzida pelo falanstério, espécie de associação autônoma na qual vivia certo número de pessoas em regime comunitário com infra-estrutura física, economia doméstica, moral, administrativa, auto-suficientes criando um ambiente cooperativo que eliminasse a competição. Para Rossi (2008,39) o grupo falanstério representou alternativa radical à sociedade burguesa, e de certa forma antecipatória da cooperativa de produção e consumo. Há registros de que a propriedade foi transformada em acionária com dividendos repartidos em doze frações sendo 4 para o capital, 5 para o trabalho e 3 para o talento de modo a que o trabalho fosse mais atraente e produtivo. A inter-relação entre os interesses do capital, do trabalhador e do consumidor faz com que o acionista societário reúna em sua pessoa todos os interesses opostos.

Singer, em *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (1999, p.99) reconhece em Rochdale a matriz de todas as cooperativas modernas e do cooperativismo como uma nova etapa da

história do movimento operário de confronto e adaptação ao capitalismo. A proposta era audaciosa, pois da formação de um capital proveniente da compra e venda de gêneros alimentícios forneciam alojamento a preço de custo, asseguravam trabalho aos operários desempregados, combatiam o alcoolismo, reorganizavam a produção em pequenos núcleos multiplicando-os e emancipando o operariado.

É neste sentido que se pode falar da organização dos 28 tecelões de Rochdale, que em 21 de dezembro de 1844, fundam a sociedade dos probos pioneiros de Rochdale, que entre outros objetivos almejavam “a formação de um capital para a emancipação do proletariado por meio da economia conseguida pela compra em comum de gêneros alimentícios”. (ROSSI, p.41). A iniciativa cooperativa dos trabalhadores que se caracterizava pela criação de um armazém tinha oito regras para o seu bom funcionamento quais sejam: auto-governo democrático; livre adesão e demissão dos sócios; divisão do excedente para re-investimento e distribuição das sobras para os sócios conforme o valor de suas compras; compra e venda à vista; qualidade dos produtos produzidos sem adulteração; aperfeiçoamento dos sócios; neutralidade política e religiosa da sociedade cooperativa. (idem, 42-43).

A cooperativa de Rochdale sobreviveu às duas grandes guerras, extrapolou os limites da Grã-Bretanha, tornou-se símbolo e modelo do cooperativismo moderno e contemporâneo, e demonstrou, como afirma Singer, excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado sem abrir mão de princípios socialistas na organização das atividades econômicas. Uma outra referência importante na história do cooperativismo foi a Escola de Nîmes, na França, fundada em 1886 por Boyve, Fabre e Gide. Esse último, professor de economia política em Montpellier, tornou-se um dos mais destacados líderes do cooperativismo liberal de consumo. Com Gide e com a Escola de Nîmes, finalmente as idéias cooperativistas foram sistematizadas de modo que a partir de então se passou a falar de doutrina cooperativista.

Do grupo de debates *La solidarité* ou sociedade de economia popular proliferaram congressos e destes o discurso-programa do cooperativismo. Gide condenava o regime salariado e afirmava que o fim último do cooperativismo era a abolição da luta de classes por meio da superação do salariado, dos intermediários do comércio e dos patrões da produção. Com base nos ideais de justiça e solidariedade ele nos legou as linhas gerais ou as doze virtudes do cooperativismo, a saber: Viver melhor através do auxílio mútuo; Pagar a dinheiro por dívida é escravidão; Poupar sem sofrimento e sem sacrificar a satisfação das necessidades; Suprimir parasitas e, ou intermediários; Combater o alcoolismo; Interessar as mulheres nas questões sociais, pois elas como cuidavam do lar e fazem as compras devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo; Educar economicamente o povo para desenvolver a aptidão à auto-gestão econômica e política; Facilitar a todos o acesso à propriedade; Reconstruir uma propriedade patrimônio coletivo; Estabelecer o justo preço, remunerando o trabalho na produção, direção e intelectual; Eliminar o lucro capitalista criando preocupação como a satisfação de necessidades dos homens apenas, e Abolir os conflitos pela fusão dos inimigos.

No pós-guerra o movimento cooperativo mais uma vez se faz reação forte aos problemas sociais – desemprego elevado, pobreza, ditadura - na região basca espanhola levando a tradição de ajuda mútua entre os camponeses como base do surgimento do hoje conhecido complexo de Mondragón. O cooperativismo da região de Mondragón é hoje um dos mais fortes e desenvolvidos em todo o mundo.

Em meados do século XX, Arizmendi funda uma escola para formação profissional de jovens desenvolvendo e transformando num dos pilares da experiência uma daquelas virtudes - a educação das pessoas voltada à transformação da realidade sócio-econômica. O lema era “devemos primeiro formar pessoas para depois formarmos cooperativas”. Em torno desse lema-princípio e dos demais princípios da doutrina cooperativista, em 1956 é formada a primeira empresa associativa, Talleres ULGOR, que vem a se transformar em cooperativa de trabalho associado, com diversidade de categoria de sócio. Hoje, produzem sua própria tecnologia, seu crédito, sua seguridade, e constituíram uma organização coletiva de cooperativas ou inter-cooperação entre cooperativas.

No que guarde os limites de Mondragón, decorrentes do seu espantoso crescimento, da contradição pela inserção no mercado capitalista e acomodação ao sistema capitalista, o cooperativismo chega aos nossos dias, como reafirma Rossi: uma forma de organização da produção que tem os valores da inclusão e da solidariedade como base para que os sujeitos, trabalhando com autonomia, recuperem “um padrão mínimo de rendimento capaz de lhe propiciar vida digna” (ROSSI , 2008, p.17) é assim que o cooperativismo é tratado por ela:

“Um movimento social e econômico com um potencial emancipatório que lhe confere a capacidade de servir de instrumento de resgate da cidadania econômica e social daqueles indivíduos [] que no atual estágio do capitalismo financeiro revitalizado pela lógica de mercado trazida pela globalização econômica neoliberal, vivem à margem da possibilidade de inclusão e desenvolvimento”. (idem). Grifos nossos.

Conforme Jamur (1999) a solidariedade pode se apresentar nas formas: tradicional, moderna e atual. Em sua forma tradicional, a solidariedade que é restrita e natural, é constituída a partir das matrizes do estoicismo e do cristianismo primitivo. Na primeira, a descoberta da consciência individual (ou de si) se cristaliza, faz do “eu” o centro do comportamento humano e se afirma como filosofia e moral do individualismo, a partir do qual se torna consciência de si no mundo – de seu pertencimento à comunidade humana.

No Cristianismo primitivo, a solidariedade está centrada na noção de identificação, do ego com a universalidade da pessoa de Cristo, portanto ultrapassando as hierarquias sociais e não abandono do homem ao acaso. A comunhão, afirma Jamur (idem), não resulta da extensão ou da convergência de consciências individuais, mas de uma identidade de ser a ser, de uma igualdade de todos e de cada um diante do pecado e do julgamento do Além; o “nós” cristão precede à idéia que o homem e a mulher fazem da sua individuação no grupo, ou na sociedade de pertencimento, é uma solidariedade infinita do qual estão excluídas qualquer materialidade ou demonstração racional. Nas duas matrizes, a noção tradicional de solidariedade é do mundo ideal com forte componente moral e individualista.

Nas modernas formas, solidariedade aparece vinculada à esfera do Direito e vinculada à idéia de acordo entre as partes, para dever ou ter direito a uma obrigação, de cada um pelo todo. A mutualidade de mandato e obrigação é estabelecida mediante contrato, sendo a solidariedade forma de garantia. Mas, adverte Jamur (ibidem), só ganha sentido quando se concretiza entre seres humanos concretos. É distinta da tradicional por designar relações reais, construídas socialmente, relações de reciprocidade com sentido e valor humano, social e cultural. Implica finalmente cooperação de cada um e de todos ao mesmo tempo.

A dinâmica das cooperativas faz penetrar no ânimo e na vida de seus participantes, princípios que buscam a transformação do homem pelo próprio homem, a conquista do direito de ser livre, de trabalhar e administrar sua cidadania. Torna-se imprescindível neste ponto aprofundar as discussões sobre o cooperativismo que a nosso ver exerce papel relevante na melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos seus adeptos bem como das comunidades locais onde as cooperativas se inserem. Como reafirma Schneider (ibidem):

“Na cooperativa [os sócios] exercitam a democracia e decidem coletivamente sobre os destinos do excedente gerado pela empresa Enquanto tais, os associados priorizam também a reaplicação da maior parte dos excedentes gerados pela cooperativa dentro do próprio município ou da Região”.

A cooperação caracteriza um determinado tipo de ação realizada por sujeitos e pode assumir conteúdos e sentidos diversos, por vezes contrários e, ou opostos ao seu significado originário. Cooperação pode ser utilizada tanto no prisma do individualismo liberal, quanto no do coletivismo centralizador, e ainda para denominar processos e ou pessoas jurídicas que nada tem a ver com a substância mesma de cooperação, como é exemplar o uso fantasia do termo para designar uma organização, associação, coletivo de trabalhadores, ou de profissionais liberais.

Na verdade cooperação tem etimologia latina (1488). Permeia todo e qualquer tipo de sociedade, mas qualifica-se e objetiva-se diferentemente nas sociedades em função de sua história, formação social, economia, política, cultural, etc. Cooperar é operar em conjunto, agir junto com o outro ou alguém, reunir esforços no sentido de um fim comum. Se sociologicamente falando objetiva-se quando das interações sociais marcadas pela reciprocidade – que sejam exercidas ao mesmo tempo - entre as pessoas e grupos tendo por finalidade associar atividades, prestar auxílio mútuo, etc., no plano econômico é forma de organização e ação econômica através das quais pessoas ou grupos com interesses comuns se associam, constitui um “nós” em torno da atividade econômica para vantagens comuns e, ou mútuas.

É nesse sentido que falamos de cooperativas e no princípio de cooperação cuja essência reside na materialização da participação igualitária numa obra comum. As relações que se estabelecem entre os cooperados são baseadas na igualdade, reciprocidade, solidariedade, e por isso mesmo cada um tem e assume importância igual ao outro quanto à participação, aos direitos, gestão e ganhos.

Cooperativismo e Globalização

Atualmente, nos deparamos com inúmeros fatos ocorridos nos quatro cantos do globo, notícias veiculadas em diversos meios de comunicação que nos trazem um panorama sobre a situação econômica, política e social de vários países de forma indistinta. Tal experiência nos aproxima e nos familiariza com um fenômeno complexo que interfere em nossas vidas de forma direta e, ou indireta, o chamado de globalização.

Segundo alguns autores, o processo de globalização se estabelece intensamente a partir dos anos 80, para outros este processo é antigo, cuja origem remonta há mais de cinco séculos. Assim, temos que:

“A globalização não é um estado completamente novo, mas um processo de longa duração, cuja origem remonta às primeiras viagens dos exploradores europeus, e que só se acelera e se aprofunda na era contemporânea (...) instituições sociais e povos podem não ser conscientes da globalização e nem por isso são menos afetados por ela (...) indivíduos, organizações sociais e comunidades se vêem forçados a estabelecer contatos mais próximos e a reconhecer dependências mútuas...” (GÓMEZ, 2000, p.134-135).

Existem inúmeros termos que são sinônimos para globalização, alguns dos mais utilizados são, mundialização, financeirização do capital, internacionalização da economia, e entre os mais recentes temos Mac'Donaldização. Todos esses termos vinculam ou deixam evidente o fato de que num cenário globalizado a economia exerce papel fundamental nas relações estabelecidas entre países e povos, ou de como a globalização está articulada com o ideário neoliberal, e o redimensionamento da divisão internacional do trabalho, como marcos importantes da expansão capitalista.

Para alguns autores a globalização não implica automaticamente num processo positivo ou negativo, e não se dá de forma homogênea em todo lugar, ou seja, enquanto em alguns locais houve um maior acesso a novas tecnologias, informações e bem-estar, em outros tais benefícios ainda são tímidos ou quase nulos ou até se deu de uma forma mais drástica a ponto de ser visualizado como negativo.

A cada dia mais e mais países buscam a integração e a busca pelo poder de comprar, vender e permutar seus produtos e serviços, vinculando desenvolvimento social com o crescimento econômico, porém procurando proteger seus interesses criando barreiras comerciais, insumos e outros tipos de taxações para não cederem espaço demais à especulação financeira, que pode de forma inesperada afundar e desestabilizar suas economias, já que uma crise em um país qualquer do globo afeta de modo geral a economia. Contudo, pode-se afirmar que mesmo com todas as proteções impostas pelos países no plano econômico, efeitos negativos em determinados setores da economia ainda poderão ser sentidos, contribuindo para a agudização de expressões da questão social.

No final do século XX, mais precisamente nos anos 90, quando a globalização das economias ganha impulso e as práticas neoliberais se estabelecem com maior força na economia de vários

países, inclusive no Brasil, cresce a quantidade de mão-de-obra ociosa e o nível de desemprego, não é de se estranhar, portanto, que neste mesmo período tenha ocorrido um avanço nas práticas cooperativas em âmbito nacional.

Podemos afirmar que as mudanças provocadas pela globalização, de fato, não vêm significando melhores condições de vida para as sociedades territoriais, ao contrário: constituem mais uma etapa do processo de acumulação do capital com prioritários e significativos investimentos na área financeira em detrimento da social. Tanto que o saldo ou impacto concreto dos investimentos no início do século atual não seria aumento do desemprego (192 milhões de desempregados no mundo, em 2005, OIT, 2006), em escala global e nacional, e ampliação das desigualdades sociais, a nível nacional. Esses impactos expressam necessariamente um processo de globalização estruturalmente excludente. À medida que globaliza o capital ou o processo de acumulação, globaliza e acumula no âmbito nacional pobreza, miséria, exclusões, desigualdades sociais.

É de se reforçar que, historicamente, espaços mais nítidos deixados ou conquistados frente aos avanços e retrocessos da reorganização do capitalismo vêm junto com os seus impactos sendo paulatinamente preenchidos por alternativas mais humanas, como é o caso do cooperativismo que vem se consolidando como reação e contra-tendência ao e no capitalismo com novo liberalismo.

Diante deste cenário, o cooperativismo encontra-se num paradoxo e, ou dilema, tendo em vista que não há como fugir ao processo de expansão de um mundo globalizado, visto que é um processo irreversível. As propostas do cooperativismo vão de encontro ao que é empregado pelas formas tradicionais de produção e comercialização capitalistas, bem como de seus princípios, as necessidades do capital estrangeiro e seus objetivos são diferentes e, ou contrários à perspectiva do cooperativismo internacional.

Confirmando de certa forma o que Rossi (2008), Singer (1999) afirmam: não é necessário isolar-se do meio econômico capitalista para desenvolver formas de produção capitalista para desenvolver formas de produção e distribuição sob princípios socialistas opostos e, ou diferentes dos da cooperação capitalista.

Uma das alternativas propostas, como via de solução para um fortalecimento do cooperativismo internacional, justamente encontra-se na busca por expansão de suas iniciativas e atividades, e formação de uma rede de cooperativas como reação à tendência de integração dos mercados, formação de blocos econômicos, porém como oposição, como contra tendência e reafirmação dos princípios solidários, principalmente os de ajuda mútua, auto-gestão e cooperação.

De outra forma, na busca de parcerias e formação de redes de empreendimentos que compartilhem dos mesmos ideais do cooperativismo, como forma efetiva de combate à exploração exacerbada do capital.

Cooperativismo e Blocos Econômicos

Com o avanço da globalização econômica, financeira, comercial e cultural o cenário proposto pelos empregadores é o da competitividade, tanto entre as empresas quanto internamente entre seus funcionários. Nesse caminho, a necessidade de se impor em um mercado sem fronteiras fez com que fosse substituído o trabalho humano (considerado em termos desqualificado) pela eficiência, perfeição e confiança da alta tecnologia. Enxugam-se assim os quadros de funcionários de diversas empresas e mesmo do setor público, num movimento de redução de custos e maximização de lucros, o que de imediato gera o aumento da massa de desempregados e mão-de-obra reserva do capital. Conscientes ou não de como se articula a dinâmica da globalização, os Estados-Nações são levados a buscar e estabelecer parcerias e relações de interesse, cooperação e ajuda principalmente no âmbito internacional, devido à dependência econômica e financeira entre os países, cada qual sai em busca do seu igual para estabelecer as parcerias mais promissoras.

O resultado dessas ações é a formação dos chamados blocos econômicos que são considerados processos sempre passíveis de análises e novas alianças dependentes de decisões de governos e Estados. De acordo com Albuquerque²:

“O surgimento de um bloco econômico nem sempre significa vantagens imediatas a seus componentes, que, por vezes, precisam criar condições de competitividade com os demais e para que isso ocorra é necessário que o próprio governo adote medidas de incentivo ao desenvolvimento, evitando, assim, que no momento da abertura comercial as empresas locais não tenham condição de sobreviver à entrada das concorrentes, além de criar uma situação social insustentável, com elevação do nível de desemprego, redução salarial, perdas de benefícios e outros”.

Os primeiros blocos econômicos iniciaram-se a partir da experiência pioneira de alguns países europeus que hoje formam a imponente União Européia. Em 1945, com a Europa devastada pela guerra, o panorama internacional apresentava apenas duas superpotências, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o primeiro representando o capitalismo e o segundo o socialismo real. Configurava-se assim o início de um mundo bi-polarizado, caracterizado pela chamada Guerra Fria e o jogo de intrigas causador do crescimento bélico entre leste-oeste.

Alguns anos depois, fatos como o fim dos regimes comunistas na Europa oriental e a queda do Muro de Berlin (1989) marcaram o fim da Guerra Fria e anunciou o esfacelamento da União Soviética que, em 1991, perdeu alguns países membros, os quais eram responsáveis por quase 70% de sua população total. As repúblicas que formavam a ex-União Soviética junto com a atual Federação Russa, transformam-se na Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Restou apenas

² Tércio Waldir de Albuquerque. Entendendo a Globalização e sua influência nos Blocos Econômicos. Disponível em: <http://www.mt.trf1.gov.br/judice/jud13/entendendo.htm>. acesso em: 12/12/07.

uma única superpotência mundial os Estados Unidos (EUA), que paulatinamente para garantir seu poderio transformou-se na “polícia do mundo”.

Em 1987, os países europeus, com o objetivo de enfrentar a economia americana e aprofundar seus laços de união, instituíram no Tratado de Roma (1957) a Comunidade Econômica Européia (CEE), e a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom). A União Européia nasceu com o Tratado de Maastricht (1992), posteriormente ratificado no dia 01 de novembro de 1993, pelos doze membros da Comunidade Européia³, com o objetivo de eliminar todas as barreiras alfandegárias entre os países. Contudo, mesmo antes de existir a CEE, países como Luxemburgo, Bélgica e Holanda (Neederlands), formavam o tratado de livre comércio e cooperação conhecido pelas iniciais destes países, o BENELUX.

Alguns passos dados pelos países da UE, na direção da unificação total e fim de restrições foram feitos com sucesso, como foi o caso da moeda única. Mas ações como a criação de uma constituição unificada encontrou sérias barreiras da população, comprovando que especificidades regionais ainda são um grande contraponto de uma universalização de interesses entre países que vivem uma realidade não apenas de cooperação, livre comercialização, fluxo irrestrito de pessoas entre fronteiras, como de inserção na dinâmica do processo de globalização.

Esta realidade exige do Estado, entre outras coisas, um comprometimento com o desenvolvimento sustentável da sua população diferente daquele empreendido pelo mercado que na fase atual busca incessantemente os superlucros e as melhores formas de minimizar suas perdas, portanto não tendo preocupação com os aspectos social e ambiental sustentável.

Com relação à atuação do Estado, “sua vinculação a um bloco econômico vai significar uma ampliação, não só em sua balança comercial, mas na condição de vida de seu povo”. (idem). É possível pensar a partir dessa relação Estado x Blocos econômicos, numa proposta viável à organização e reprodução dos trabalhadores, que seria como defendido por alguns autores como, por exemplo, Monteagudo (2006), a formação de um mercado cooperativo no qual seja possível a vivência de valores diferenciados daqueles defendidos e implementados pelo interesse capitalista. Um Bloco cooperativo capaz de enfrentar as investidas do mercado de capital competitivo e desigual que não vise só o lucro, mas também o bem-estar da população que alimenta o mesmo.

Bloco Econômico Cooperativo dentre outras coisas estaria bem mais apto frente aos demais blocos tradicionais quanto ao emprego de ações firmadas por parcerias e redes sociais, já que desde sua gênese segue os princípios solidários, da ajuda mútua, da elevação do homem ao patamar de indivíduo-cidadão não coisificado. Proporcionaria o estabelecimento de práticas coerentes com as necessidades de cada um dos seus participantes, trazendo benefícios prementes na área social, podendo também contribuir, pelo desempenho de suas ações, como importante reprodutor de estratégias políticas que possibilitem a transformação social.

3 Os doze países que constituíam a Comunidade Européia eram Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Espanha.

Cooperativas de trabalho

De acordo com Silva (2005), uma cooperativa funciona de forma democrática, atuando como mediador das pendências sociais, como disciplinador do seu crescimento, e conforme as características do local onde se desenvolve, pode ter maior ou menor penetração na comunidade, ou seja, pode envolver e mobilizar em diferentes níveis os sujeitos inseridos e dada localidade.

A dinâmica das cooperativas faz penetrar no ânimo e na vida de seus participantes, princípios que buscam a transformação do homem pelo próprio homem, igualdade, reciprocidade, cooperação, solidariedade, solidarismo, autogestão, e a conquista do direito de ser livre, de trabalhar e administrar sua cidadania.

Uma das formas mais comuns de cooperativas existentes no Brasil compreende as chamadas Cooperativas de Trabalho, Silva utilizando a definição de Bulgarelli (1998) para cooperativas de trabalho, aponta que estas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da criação de uma sociedade democrática coletiva. São aquelas, de acordo com o mesmo autor, cujo quadro social é constituído de trabalhadores de qualquer ramo de profissão, inclusive profissionais liberais, que se reúnem com a finalidade de colocar suas habilidades profissionais à disposição do mercado mediante a prestação de serviço.

As cooperativas de trabalho não se limitam à mão-de-obra operária (proveniente das massas falidas) ao contrário, são todos trabalhadores autônomos, juridicamente distintos de trabalhadores subordinados e empregados, e se reúnem em cooperativas de trabalho.

O segmento das cooperativas de trabalho no Brasil cresceu a partir de 1960 e atualmente está em grande expansão, como observado em Silva, principalmente no Estado de São Paulo. O crescimento pode ser verificado através dos dados da OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo), que em março de 2000 apontavam a existência de 283 cooperativas de trabalho no estado de São Paulo, em 1991 este número não era superior a 31 unidades no estado. Em âmbito nacional podemos observar que a distribuição de cooperativas de trabalho por região vem demonstrando uma maior concentração na região sudeste, em especial no Estado de São Paulo. Observa-se também o número elevado de cooperados sócios que diretamente influenciam no número de empregos gerados por esse segmento. Como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Distribuição por Região do Cooperativismo de Trabalho

Região	Número total de cooperativas	Número total de cooperados	Número total de empregados
Norte	55	717	158
Nordeste	197	5.152	438
Sul	283	10.036	823
Sudeste	857	195.371	4.160
Centro-Oeste	524	86.589	1.416
TOTAL	1.916	297.865	6.993

Fonte: OCB – Jun./2001

As sociedades cooperativas podem adotar por objeto qualquer gênero e serviço, operação ou atividade, devendo seus associados trabalhar com autonomia, não sendo permitida a caracterização de qualquer tipo de subordinação entre os associados, ou seja, deve haver a autogestão, todos são donos e respondem pelo empreendimento.

Atuam as cooperativas de trabalho com estrutura semelhante a uma empresa particular capitalista, mas diferentemente não visam o lucro e possuem princípios distintos, além disso, normalmente oferecem serviços mais baixos que os praticados no mercado tradicional, agregando valores ao produto de suas atividades como: feito à mão, reciclado, produzido por determinado grupo conhecido regionalmente por desenvolver atividades artísticas e culturais, etc.

O ramo de cooperativas de trabalho cobre um amplo leque de atividades e estas cooperativas são de tamanhos e perfis variáveis, por esta razão podem interferir de diversas formas na economia local, fator que gera mudança na vida dos que se encontram inseridos nestes empreendimentos em busca de uma alternativa viável de enfrentamento ao desemprego.

Encaixam-se basicamente em três tipos de operação: prestação de serviços a particulares: cooperativas de construção, de marcenaria, de limpeza de terrenos; produção e comercialização de bens: cooperativas de costureiras, doceiras, de artesanato, e fabricação de produtos populares; prestação de serviços públicos: possuem estrutura semelhante as do primeiro tipo, com a diferença de trabalharem em áreas de limpeza e obras públicas, prestação de serviços técnicos especializados para prefeituras, por exemplo.

O cooperativismo de trabalho é abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas deste tipo. Ligadas à ocupação profissional destacam-se entre as mais conhecidas aquelas da área de saúde constituídas por médicos, ou por dentistas que prestam serviços a coletividade; as de transporte, tendo como setor mais desenvolvido as cooperativas de táxis, prestando serviço organizado e seguro a população e atendendo aos cooperados com abastecimento de combustível e outros serviços necessários a profissão; e entre outras se destacam as cooperativas de artistas, garçons, carregadores, estivadores, vigilantes, contabilistas. De acordo com Silva (2005),

possui esse segmento um instrumento capaz de construir a conscientização e a organização das diversas categorias profissionais, de forma a desenvolver mais amplamente o cooperativismo.

Em âmbito regional, o cooperativismo desenvolve-se em Pernambuco desde o século XIX, ligado principalmente ao setor de consumo, como forma de superação das dificuldades políticas, econômicas e sociais presentes à época e que atualmente ainda reproduzem-se diante do quadro de reestruturação do capital em sua busca incessante pela maximização dos lucros. Na década de 40, o cooperativismo ligado ao setor agropecuário começa a se proliferar no Estado tendo em vista principalmente as potencialidades econômicas da região e as políticas oficiais dos governos que privilegiavam esse ramo de atividades (FREIRE et al 2005).(livro globalização excludente)

Segundo dados levantados pela OCEPE⁴, em 1995 as cooperativas agropecuárias passam a representar 47,9% do total de cooperativas estaduais, reduzindo seu percentual no ano de 2002 para 31%, devido principalmente ao aumento no número de cooperativas de serviços, onde se inserem as cooperativas de trabalho, fato provocado pelo desaquecimento da economia, terceirização de serviços prestados públicos e privados, bem como do aumento do desemprego no final da década de 1990 (Idem).

O cooperativismo de trabalho no Estado de Pernambuco ainda não dispõe de dados quantitativos disponíveis de forma sistematizada e consistente, devido a poucos estudos sobre a temática na região. Os únicos dados que podemos empregar, de forma geral, são aqueles referentes ao número de empreendimentos totais no Estado, e a quantidade de cooperativas em toda sua diversidade, disponibilizados nos sites da OCB/PE e do Ministério do Trabalho SIES.

Assim, podemos verificar através das instituições já citadas que o as cooperativas em Pernambuco, entre 2005 a 2007, perfazem aproximadamente 586 unidades, num total de 1526 empreendimentos mapeados⁵.

A cooperativa de trabalho é regida pela lei Cooperativista 5.764, que instituiu a Política Nacional do Cooperativismo em 16 de dezembro de 1971, normatizando o cooperativismo como de interesse coletivo. É mencionado também na C.L.T. – Consolidação das Leis do Trabalho e pela Constituição Federal de 1988, onde recebem apoio.

Há o incentivo por parte do governo para criação de cooperativas de trabalho no país com o intuito de prestarem serviços terceirizados a pequenas e micro empresas, bem como para os associados assumirem a massa falida de empresas em risco de fecharem as portas. Por parte do empresariado, a mão-de-obra contratada nessas cooperativas auxilia na redução de custos, pois cooperativas possuem encargos apenas com a contribuição previdenciária de seus participantes, a qual incide na remuneração dos cooperados.

É comum encontrarmos empresas que buscam diminuir seus impostos através da formação de novas cooperativas, demitem seus funcionários sem justa causa inserindo-os logo após, com o

4 Atualmente (desde 2007), OCB/PE - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Pernambuco.

5 Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>

discurso do empreendedorismo, em suas cooperativas parceiras e, ou terceirizadas com a finalidade de contratar os seus serviços com o trabalho prestado pelos seus antigos funcionários.

O processo de globalização para todos os setores produtivos do Brasil, nos últimos anos vem levando a expulsão de um elevado contingente de trabalhadores formais de seus postos de trabalho. Diante desse quadro, vemos o quanto é importante o aparecimento de cooperativas realmente comprometidas com a reprodução social de seus participantes e com os princípios que regem as cooperativas solidárias, tendo como meio fortalecedor do prosseguimento de suas atividades a relação estabelecida com outros empreendimentos que atuem na economia solidária.

Outro fator importante para ser levado em consideração pelas cooperativas é a tendência a produzir e oferecer bens e serviços muito próximos aos padrões de referência da produção e oferta de bens da economia globalizada, além é claro dos impactos da globalização sobre o trabalhador participante dos empreendimentos, e sobre o próprio empreendimento, configurando-se em novos desafios para a sobrevivência dos mesmos.

Cooperativas em Pernambuco

A partir dos dados obtidos em pesquisa realizada nos anos de 2006-2007, observamos certa concentração espacial referente às regiões do Estado de Pernambuco. Das 57 cooperativas pesquisadas, 57,75% encontram-se no Recife e Região Metropolitana 21% no Agreste, 10,5% no Sertão, 7% Zona da Mata e 3,5% na região do São Francisco, como demonstra a tabela 01. A maioria das cooperativas (50, 75%) surgiu na década de 90, num contexto de Reforma de Estado e de ajustes econômicos com impactos no mercado de trabalho e aumento do desemprego.

Tabela 2 – Localização geográfica das cooperativas

Localização geográfica	Frequência	Percentual (%)
Recife e Região Metropolitana	33	57,75
Messoregião do Sertão	06	10,5
Messoregião Agreste	12	21
Zona da Mata	04	7
São Francisco	02	3,5
TOTAL	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

A procedência dos trabalhadores participantes das cooperativas é bastante diversificada. Verificamos um número representativo de autônomos (17,5%), desempregados (14%), empregados (12,5%) agricultores (10,5%), agropecuaristas (10,5%) trabalhadores do setor informal etc.

No que concerne aos princípios norteadores das cooperativas, a cooperação aparece sozinha ou aliada a outros princípios como: igualdade, solidariedade e liberdade em 22,75% das cooperativas. Mencionam, também a existência de respeito, união, fidelidade e responsabilidade. Entretanto, pode-se dizer que 17,5 % não conseguem definir ou perceber princípios que embasam a relação dos participantes nas cooperativas.

Na tabela abaixo identificamos que, 68,25% das cooperativas têm estrutura administrativa com diretoria; seguido das que possuem uma administração conjunta entre diretoria e conselho, perfazendo 19,25% do total; as outras formas de estruturas somadas totalizam 12,25% (gerentes, coordenadores, sem estrutura definida). Vemos, o que poderia ser uma ação não condizente com os princípios que devem reger as cooperativas e a uma não-atuação de organização autogestionária, em que todo o grupo deve tomar parte na tomada de decisões, terem direito a voz e voto, sendo o que se realiza no empreendimento é a atuação de um pequeno grupo, verticalizando a tomada de decisões. Essa afirmativa é, no entanto oposta ao resultado verificado na tabela posterior, que diz respeito à tomada de decisões.

Tabela 3 – Estrutura administrativa

Estrutura administrativa	Frequência	Percentual (%)
Conselho	02	3,5
Coordenadores	01	1,75
Não tem estrutura definida	02	3,5
Diretoria e conselho	11	19,25
Diretoria	39	68,25
Diretoria, conselho e gerentes	01	1,75
Conselho, gerentes e coordenadores	01	1,75
TOTAL	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

Nos resultados obtidos temos que, 35% das tomadas de decisões são tomadas em reuniões e assembléias; 33,25% se realizam em assembléias, já para 22,75%, as decisões acontecem em reuniões, o restante das alternativas somam 8,75% e configuram outras formas de decisões. Em parte, o que está sendo aplicado beneficia as cooperativas, pois as assembléias aparecem em percentual representativo, estas preferencialmente devem ser feitas toda vez que se verifica a necessidade de decisões importantes ou quinzenalmente. Porém, percebemos que as decisões acatadas em reuniões são um fator negativo para os participantes das cooperativas, pois podem manifestar interesses particulares e/ou o não interesse geral dos cooperados.

Tabela 4 – Como são tomadas as decisões?

Tomada de decisões	Frequência	Percentual (%)
Individualmente ou em conselho	01	1,75
Assembléias	19	33,25
Através de conversas	01	1,75
Individualmente	01	1,75
Não tem	01	1,75
Reuniões	13	22,75
Reuniões e assembléias	20	35
Reuniões, assembléias e planejamento	01	1,75
TOTAL	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

Nas cooperativas, a divisão de tarefas preferencialmente deve ser feita pelos próprios sócios, não sendo positiva a terceirização. A partir do momento que um empreendimento contrata um serviço terceirizado, corre o risco de não corresponder mais aos princípios presentes cooperativismo, principalmente se este for realizado por tempo indefinido e for desenvolvido diretamente nos meios de produção, comercialização ou administração do empreendimento, a exemplo das cooperativas mistas.

A tabela abaixo mostra que, 63% ou 37 das cooperativas possuem divisão de tarefas; 36%, 20 aproximadamente afirmam não possuir nenhum tipo de divisão de tarefas. Esta divisão de tarefas deve ser distribuída levando-se em consideração o nível técnico-educacional do indivíduo em realizar determinada tarefa, como acontece em qualquer tipo de negócio, porém os sócios devem ter em mãos os meios objetivos que lhes proporcionem o conhecimento nas demais áreas ou setores dos empreendimentos.

Tabela 5 – Existe divisão de tarefas?

Tomada de decisões	Frequência	Percentual (%)
Sim	37	63
Não	20	36,75
TOTAL	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

Quando perguntados sobre a possível limitação da divisão de tarefas nas suas responsabilidades, 32,4% dos trabalhadores responderam que a divisão de tarefas não limita a responsabilidade, 62%

aproximadamente informaram que sim, a divisão limita a sua responsabilidade e 5,4% não souberam informar a respeito da questão.

A divisão de tarefas nas cooperativas e na economia solidária de um modo geral não deve ser fator limitador para as atividades desenvolvidas pelos sócios. Deve existir uma ajuda mútua entre os associados e/ou cooperados a fim de tornar possível uma relação de cooperação, tanto internamente quanto externamente, possibilitando que as informações, produtos e serviços viabilizem o setor como atividade sócio-econômica. A informação do que ocorre dentro da cooperativa ou associação deve ser repassada entre todos num nível satisfatório, gerando no caso de problemas, rápidas resoluções.

Na distribuição dos ganhos grande parte dos empreendimentos, 43,75%, o faz conforme a produção individual, o que mostra a presença de uma forma capitalista de organizar e produzir. Para 29,75% a produção é diferenciada, este percentual corrobora com a afirmativa de que existe influência capitalista nas cooperativas. Não devemos, porém, deixar passar despercebido que as cooperativas competem muitas vezes com empresas formais e que negociam sua produção num mercado capitalista. Não esquecendo que segundo Santos, a remuneração se torna um incentivo à produtividade, além do que pode vir a introduzir nos empreendimentos a competição entre os trabalhadores (SANTOS, 2005).

O fato de encontrarmos cooperativas com distribuição dos ganhos diferenciada pode nos levar a considerar que as mesmas deixam de colocar em prática um de seus princípios, porém se esta distribuição for acordada com antecedência em assembléia, e se os fatores que propiciam a aceitação desses ganhos diferenciados considerarem a necessidade de cada participante, a mesma não se torna negativa. Com os dados obtidos percebemos que 12,25% dos trabalhadores são remunerados pela função exercida; 3,5% igualmente, de acordo com o tempo de trabalho e depende da participação; pelo contrato estabelecido previamente temos 1,75%, e não informado totalizam 7% nessa perspectiva podemos dizer que não existe na prática o princípio da divisão de ganhos conforme a necessidade de cada trabalhador fugindo, dessa maneira da prática do cooperativismo.

Conclusão

Como visto na história do cooperativismo, às revoluções sociais capitalistas seguiram-se reações dos trabalhadores no combate às tendências destrutivas e concentradoras do capitalismo. Às ondas de crise, sobretudo no setor econômico, a sociedade se mostrou combativa por meio de organizações mais eqüitativas e includentes de população rejeitada pelo sistema capitalista dominante. Às crises atuais do fenômeno da globalização neoliberal comparece mais uma vez o cooperativismo como possibilidade de construção de uma sociedade menos desigual. Agora reunindo em redes, inter-cooperativas, e em mercado cooperativo as cooperativas de trabalho e das demais áreas de organização do trabalho e produção para enfrentar tal como os Estados o fizeram os grandes Blocos econômicos.

Tentando analogia entre as características do cooperativismo e das relações de trabalho estabelecidas no modo de produção capitalista com as que são encontradas nas cooperativas de Pernambuco, pode-se fazer algumas reflexões a título de síntese das 57 cooperativas estudadas:

No regime de produção ou trabalho efetuado não prevalece a satisfação de necessidades dos cooperados; a divisão de tarefas acontece na maioria das vezes e é vista como um fator que limita sua responsabilidade, portanto, os participantes não realizam seu trabalho em conjunto em uma perspectiva de coletivo. O controle do empreendimento e a tomada de decisão não acontecem em uma grande parcela das cooperativas através das assembleias, forma esta que possibilita que todos os cooperados exerçam o seu direito ao voto e possa decidir de forma igualitária. Portanto, mesmo que a cooperação tenha sido mencionada associada a outros princípios como igualdade, solidariedade e liberdade, em grande parte das cooperativas pesquisadas, o fato é que na prática estes princípios parecem não se materializarem.

Pode-se afirmar que nas cooperativas pesquisadas as relações de trabalho que são estabelecidas não se igualam às relações de trabalho estabelecidas no modelo de produção vigente, mas sofrem influências do sistema capitalista, no qual está inserida e acaba por reproduzir em suas práticas o que é contrário as características do cooperativismo.

Acreditamos que o cooperativismo articulado com outras iniciativas, instituições e movimentos sociais que se preocupam com o desenvolvimento social, individual e local pode contribuir de forma satisfatória e eficaz na construção de respostas mais efetivas aos efeitos negativos da globalização e fortalecimento da classe trabalhadora no enfrentamento das contradições inerentes à exploração do capital sobre o trabalho. E a formação de um bloco cooperativo é condição primordial para que esses objetivos e a satisfação de necessidades sejam alcançados.

Entendemos que o cooperativismo se vivenciado verdadeiramente no que tem de melhor, os seus valores e princípios, pode ser com certeza, instrumento de emancipação da classe trabalhadora, frente à barbárie imposta pela produção capitalista que tem os seus princípios assentados na produção de mercadorias que só visam o mercado; separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores; conversão da força de trabalho em mercadoria sob a modalidade do trabalho assalariado e na extração da mais valia sobre o trabalho cedido ao detentor dos meios de produção como estratégia para a ampliação incessante do valor investido na produção, sendo a mais-valia finalidade direta e móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital.